



# AGRICULTURA URBANA E PERIFÉRICA: CAMINHOS PARA ESTIMULAR NOVAS ATITUDES E TRANSFORMAR REALIDADES

*URBAN AND PERIPHERAL AGRICULTURE: PATHWAYS TO STIMULATE NEW  
ATTITUDES AND TRANSFORM REALITIES*

**Ananere da Silva Cruz**

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, RS, Brasil

**Márcia Maria Rodrigues Sá**

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, RS, Brasil

**Tarcisio Dorn de Oliveira**

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, RS, Brasil

**Daniel Knebel Baggio**

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, RS, Brasil

**Nelson José Thesing**

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, RS, Brasil

**Sandra Beatriz Vicenci Fernandes**

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, RS, Brasil

---

DOI: <http://dx.doi.org/10.31512/gesto.v10i2.700>    Recebido em: 17.03.2022    Aceito em: 02.11.2022

---

**Resumo:** Nas últimas décadas a agricultura urbana e periurbana (AUP) tem chamado atenção dos legisladores pois os estudos demonstram sua importância na promoção da segurança alimentar, economia doméstica e seus efeitos positivos na biodiversidade. Assim este artigo tem como objetivo destacar a importância das AUPs para sustentabilidade urbana, tanto no fornecimento de alimentos saudáveis contribuindo para segurança alimentar e nutricional, quanto para qualidade do ambiente urbano e periurbano. Trata-se de uma revisão bibliográfica com abordagem qualitativa. Os resultados apresentados levam a conclusão de que a agricultura urbana e periurbana, permite a geração de emprego, a renda alternativa, abastece pequenos mercados, valoriza culturas locais e sem contar que provoca o empoderamento de comunidades e amplia a oportunidade de participação de gênero. Além de contribuir para a melhoria do clima e da biodiversidade, tornando as cidades mais agradáveis e sustentáveis. Inclusão de criação, manutenção e conservação das AUPs no Plano Diretor torna-se importante para tornar a cidade mais produtiva, senso de cooperação entre moradores, redução da temperatura, melhoria da qualidade do ar, além da preservação dos recursos naturais e redução da escassez de alimentos.

**Palavras-chave:** agricultura urbana; políticas públicas; segurança alimentar; planejamento urbano; agricultura periurbana

**Abstract:** In recent decades, urban and peri-urban agriculture has drawn the attention of legislators as studies demonstrate its importance in promoting food security, domestic economy and its positive effects on biodiversity. Thus, this article aims to highlight the importance of AUPs for urban sustainability, both in the supply of healthy foods contributing to food and nutrition security, as well as for the quality of the urban and peri-urban environment. This is a literature review with a qualitative approach. The results presented lead to the conclusion that urban agriculture allows the generation of employment, alternative income, supplies small markets, values local cultures and not to mention that it causes the empowerment of communities and expands the opportunity for gender participation. In addition to contributing to the improvement of the climate and biodiversity, making cities more pleasant and sustainable. Inclusion of creation, maintenance and conservation of AUPs in the Master Plan becomes important to make the city more productive, sense of cooperation between residents, reduction of temperature, improvement of air quality, in addition to the preservation of natural resources and reduces scarcity of food

**Keywords:** urban agriculture; public policy; food security; urban planning; peri-urban agriculture

## 1 Introdução

De acordo com os dados disponibilizados pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (ONU, 2012), há exatos dez anos, cerca de 40% da população do mundo em desenvolvimento era de 2 bilhões de habitantes. A expectativa para 2025, é que a população do mundo em desenvolvimento chegue a 3,5 bilhões de pessoas vivendo em áreas urbanas. Este crescimento de forma desordenada e desequilibrada trouxe e ainda trará vários problemas ambientais e sociais, agravado pela recessão econômica, aumento no preço dos alimentos e pelos impactos das mudanças climáticas, sendo os principais deles o fornecimento de alimentos e a preservação ambiental.

Parte-se do pressuposto de que os hábitos alimentares adequados proporcionam aos seres humanos, as condições básicas de uma vida saudável, contribuindo desta forma não apenas, anos a mais de saúde, como também mais qualidade de vida (MAHAN; RAYMOND, 2018). Significa a busca de uma alimentação equilibrada, que oportuniza o fornecimento de nutrientes, vitaminas e minerais nas proporções adequadas para o adequado funcionamento do organismo.

A agricultura urbana e periurbana vem ganhando espaço como ferramenta de planejamento urbano, como incentivo na produção e distribuição de alimentos locais, proporcionando espaço verde em ambientes urbanos e melhor acesso a alimentos saudáveis. O espaço urbano tem características conflituosas tanto em âmbito social, econômico e ambiental devido à grande concentração de atividades e pessoas. Ao introduzir a prática da agricultura urbana e periurbana nas cidades e no cotidiano das instituições públicas como escolas, não apenas estaremos relatando aos moradores e estudantes sobre a importância de uma alimentação saudável, mas envolvendo toda a comunidade na divulgação dos produtos regionais, incentivando a cultura local e contribuindo para colocar alimentos saudáveis a baixo custo na mesa dos envolvidos, além da busca pela sustentabilidade urbana baseada na maximização da eficiência do uso de terra e da água e redução nas descargas de lixo por meio do aproveitamento dos resíduos.

Gorski (2018), nos traz que a agricultura urbana pode ser uma excelente opção de aproveitamento tanto para áreas ociosas aguardando urbanização quanto para áreas não edificáveis como afastamentos obrigatórios, faixas de domínio em estradas e áreas alagáveis. Algumas regiões do Brasil, possui uma rica cultura de agricultura urbana e periurbana (AUP), podendo utilizar

os diversos espaços de forma a produzir e fornecer uma gama de frutos regionais ricos em valores nutricionais, que ao ser cultivada nas residências, espaços públicos e institucionais como escolas, bairros em formas de implantação de hortas, contribuirá com a melhoria na qualidade alimentar, em especial por utilizar produtos saudáveis, regionais, agregar hábitos culturais ao conhecimento culinário dos moradores da cidade e tornar o custo destes alimentos mais acessível a mesa dos envolvidos na prática da agricultura urbana e periurbana.

Na atualidade apresenta-se cada vez mais elevado o consumo de alimentos ultra processados porque são práticos e portáteis podendo ser facilmente consumidos no trabalho, nos passeios, nos transportes entre outros. Esses alimentos causam sérios riscos para a saúde, pois sofrem alterações e interferências no valor nutricional dos mesmos, podendo, portanto, comprometer a saúde dos consumidores, que em geral, se deixam levar pela “aparência” dos alimentos e propagandas (SANTOS, 2018). É fato que, o Brasil, enquanto adepto ao estilo de comidas rápidas, servidas comumente em lanchonetes, apresenta em seus históricos problemas sérios de saúde pública como consequência da má alimentação relata Bezerra et al. (2017).

Torna-se de fundamental a conscientização das populações para formas acessíveis, saudáveis e ambientalmente corretas de produzir os alimentos. Além de contribuir para resgatar algumas questões problemáticas do cotidiano das populações, tais como como melhoria da paisagem urbana, fonte de emprego e renda, troca de experiência entre moradores, inclusão social, redução do absenteísmo e estresse. Além de proporcionar benefícios para a economia, a saúde e a ecologia.

Na abordagem de Moura, Ferreira e Silveira Lara (2013) um ponto estratégico para esse planejamento urbano, podemos incluir a formação do modelo urbano e periurbano de agricultura, aqui chamado de ocupação não convencional, ou seja, modelo ainda não oficializado pela maior parte das políticas públicas e que acontece nos maciços urbanos e periurbanos.

Nesse entendimento, as políticas públicas tornam-se importantes caminhos a serem planejados e desenvolvidos pelos gestores públicos, com objetivo de realizar em conjunto as ações que busquem desenvolver o cultivo, o consumo e a alimentação saudável, para a conquista de uma melhor qualidade de vida da população. Assim, é dever constitucional, garantir que a agricultura urbana e periurbana seja contemplada no planejamento, no plano diretor e na urbanização dos espaços. Faz-se necessário e urgente a expansão do diálogo entre entes federativos sobre políticas públicas de responsabilidade municipal e as políticas ambientais feitas primordialmente pelo governo federal.

Assim diante das diversas relevância do tema, as informações aqui apresentadas resultam da revisão de diferentes fontes documentais tais como artigos, teses, sites, Google acadêmico, Scielo, entre outros, objetivou-se este estudo destacar a importância das AUPs para sustentabilidade urbana, desenvolvimento sustentável, conservação ambiental e desenvolvimento econômico, tanto no fornecimento de alimentos saudáveis contribuindo para segurança alimentar e nutricional, quanto para melhoria da qualidade do ambiente urbano e periurbano, o que oportuniza a estruturação do artigo, em três partes para além desta Introdução, o Desenvolvimento e as Considerações Finais.

## 2 Desenvolvimento

Aquino e Assis (2007) esclarece que não é a localização urbana que distingue a agricultura urbana da agricultura rural, senão o fato de que está integrada e interage com o ecossistema urbano. Rosa (2011) aborda a questão da imprecisão na diferenciação entre os locais interurbanos e periurbanos. Determinar espacialmente onde se encontram as áreas periurbanas é notadamente complexo, pois sua aproximação geográfica com as áreas rurais faz com que hajam transformações agrícolas mais intensas que as áreas mais centrais e edificadas das cidades.

Ferreira (2013), por sua vez aborda que a definição de AUP refere-se à localização dos espaços dentro e ao redor das cidades ou áreas urbanas. A área intra-urbana refere-se a todos os espaços dentro das cidades que podem ter algum tipo de atividade agrícola. Podem ser áreas individuais ou coletivas ou ainda áreas públicas dentro e entre os contornos das cidades, incluindo as vias públicas, praças, parques e áreas ociosas como lotes e terrenos baldios. No entanto

E ainda Valent, Oliveira e Valent (2017) destacam que a agricultura urbana integra o sistema econômico, ecológico e social, proporciona segurança alimentar, este estilo de agricultura pode ser entendido como um projeto social que modifica a paisagem urbana, proporcionando educação ecológica, inclusão social e práticas de economia solidária.

Segue abaixo um quadro que traz os possíveis espaços que podem ser disponibilizados para composição da agricultura urbana e periurbana (AUP).

Quadro 1. Caracterização dos espaços de utilização das AUPs;

<b>Tabela 1</b>	
<b>Tipologias possíveis para atividades de AUP</b>	
<b>Tipologia</b>	<b>Espaços característicos</b>
<b>Espaços Privados</b>	Lotes vagos; Terrenos baldios particulares ou com dúvidas sobre a propriedade; Lajes e tetos; Quintais ou Pátios; Áreas peri urbanas; Áreas verdes em conjuntos habitacionais.
<b>Espaços Públicos</b>	Terrenos de propriedade Municipal, Estadual e Federal com espaços possíveis de utilização de acordo com a caracterização feita nas linhas abaixo:
<b>Verdes Urbanos</b>	Praças e Parques.
<b>Institucionais</b>	Escolas e Creches; Posto de Saúde; Hospitais; Presídios; Edifícios Públicos e privados.
<b>Não Edificáveis</b>	Laterais de vias férreas; Laterais de estradas e avenidas; Margens de cursos d'água; Áreas inundáveis; Faixa sob linhas de alta tensão; Ambientes aquáticos (rios e lagoas).
<b>Unidades De Conservação</b>	Áreas de Proteção Ambiental; Reservas Ecológicas; Outras unidades desde que seja permitido o manejo e uso de potencialidades
<b>Áreas de Tratamento</b>	Aterro sanitário; Lagoas de oxidação.

A abordagem da temática Agricultura Urbana e Periurbana (AUP), estão incluídas a produção, o extrativismo e a coleta de produtos agrícolas, como as hortaliças, frutas, ervas medicinais entre outros, visando a menor agressão possível ao ambiente. A sua concepção está ligada aos espaços intra-urbanos ou periurbanos aproximando área de produção e consumo. Essa prática é voltada ao autoconsumo, às trocas, às doações e à comercialização. De acordo com Boukharaeva et al. (2005) no Brasil, a agricultura urbana deve seu desenvolvimento recente à modernização da agricultura, que provocou forte migração em direção às cidades e às respectivas periferias a partir da década de 40. No entanto de acordo com Coutinho (2010) os debates sobre a agricultura urbana surgem a partir da década de 1980, de um novo pensamento ambiental e são reafirmados como uma resposta aos desafios colocados aos governos locais, responsáveis por criar ações públicas contra a fome e a pobreza urbana, alarmantes na década de 1990.

Pessôa (2005) aborda dois aspectos da agricultura urbana que não são os únicos, mas são de suma importância dentro da atividade que é o econômico e o da segurança alimentar. Já Moura, Ferreira e Silveira Lara (2013) aborda a questão ambiental e ecológica ao trazer que; o uso agrícola de espaços urbanos proporciona uma melhoria considerável ao ambiente local, seja pela diminuição da quantidade de lixo produzido, manutenção das áreas verdes, aumento da biodiversidade urbana, recuperação de áreas de risco ou embelezamento da cidade. Neste sentido Leal et al. (2021), nos traz que a prática da agricultura urbana e periurbana (AUP) pode ser considerada uma estratégia de planejamento urbano sustentável e aproveitamento dos espaços ociosos da cidade, associando-se ao aumento da qualidade de vida, já que traz benefícios ambientais, sociais, de lazer e culturais, uma vez que promove uso consciente dos recursos.

Entre as principais contribuições da agricultura urbana de acordo com Melo (2016) destaca-se o bem-estar, meio ambiente e economia. O aumento da segurança alimentar, a melhoria da nutrição e o ambiente mais limpo estão relacionados ao bem-estar da população. A prática da agricultura, favorece o compartilhamento de um cultivo urbano desempenham um papel importante no desenvolvimento de bons hábitos alimentares pois a familiaridade com o alimento que se torna fator preponderante para sua aceitação. Entre tantas possibilidades o fortalecimento e incentivo da prática da agricultura urbana e periurbana, reduzem a segurança alimentar e nutricional, reduzem a fome, o desemprego e contribuem para a paisagem das cidades.

Já Azevedo, Perxacs e Alió (2020) acreditam que a agricultura urbana também oferece várias possibilidades para a sociedade, na medida em que pode contribuir para a solução de situações de pobreza urbana, além de melhorar a saúde pública dos bairros onde está localizada, principalmente com base em princípios ecológicos (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2019). O plantio de hortaliças, legumes, frutas, raízes, temperos e ervas medicinais em chácaras, quintais, praças, terrenos abandonados e escolas, dentro das cidades ou bem perto delas, tem papel cada vez mais importante para a segurança alimentar em todo o mundo, desta forma Moura, Ferreira e Silveira Lara (2013), enfatiza que à necessidade de aumentar a produção nacional de alimentos está associada a necessidade de implementar modelos produtivos que contemplem um planejamento ambiental que satisfaça, o bem-estar social e a conservação dos recursos naturais para o médio e longo prazo, com os benefícios de não fazer uso de agrotóxicos ou outras substâncias químicas que agredem o ambiente e a saúde pública.

A busca por uma alimentação equilibrada, que oportuniza o fornecimento de nutrientes, vitaminas e minerais em proporções suficientes para o adequado funcionamento do organismo além de fornecer energia e bem-estar é possível prevenir e combater doenças. A Organização



das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura nos traz que uma em cada nove pessoas no mundo (ou cerca de 805 milhões de pessoas) não têm comida suficiente para levar uma vida saudável e ativa. O esvaziamento das áreas rurais e conseqüentemente a superlotação dos espaços urbanos tem trazido vários problemas para as populações, entre eles, podemos citar, a escassez de alimentos, de recursos naturais e sustentabilidade dos espaços urbanos. Desse modo, a agricultura urbana é enquadrada como um projeto social, pois busca transformar a realidade do entorno onde está estabelecida, proporcionando uma identidade cultural, educação ecológica, segurança alimentar e economia solidária é o que descreve Valent, Oliveira e Valent (2017).

A agricultura urbana, permite a geração de emprego e renda alternativa, abastece pequenos mercados, traz segurança alimentar, valoriza culturas locais, estabelece os vínculos sociais e o empoderamento de comunidades. Uma distância menor entre a produção e o consumo, reduz a necessidade de utilizar produtos e processamentos nocivos à saúde contribuindo assim, com a melhoria da qualidade dos alimentos. Favorecem a clima, melhoram a qualidade do ar e contribuem com a biodiversidade, além de absorver água da chuva e diminuir o escoamento. As áreas urbanas apresentam uma certa escassez vegetal e a prática da agricultura urbana, pode melhorar a paisagem, atuar como barreira para ruídos e reserva genética, contudo, favorece o setor econômico e contribui com a segurança alimentar. Desta forma, atenta-se para os benefícios provocados pela prática da agricultura urbana e periurbana é que locais bem cultivados atraem pessoas e elas ajudam a preservá-los criando conexões com espaços sociais.

Santandreu e Lovo (2007) sugere a ampliação do diálogo como principal diretriz capaz de reforçar a necessidade de processos de capacitação para os gestores públicos de forma a sensibilizá-los sobre o intersectorialidade da AUP e seus múltiplos objetivos, afim de que essa ação possa potencializar a criatividade dos gestores públicos. Rosa (2011) relata em seu estudo que o poder público é o maior entrave na efetivação da AUP no Brasil. É quase impossível encontrar um programa de governo que articule produção, transformação e comercialização, podendo caracterizar uma política de integração. Por sua vez Xavier (2019) aborda o forte conteúdo político que a AUP traz, pois revela os privilégios e contradições sociais, apresenta forte potencial para articular várias lutas de caráter socioespacial e socioambiental e sugere a elaboração de políticas públicas intersectoriais.

Curan e Marques (2021) em seu estudo concluiu que a AUP poderia ser utilizada e estimulada por meio de políticas públicas como estratégia para o desenvolvimento de sistemas alimentares mais sustentáveis e ainda que a AUP pode ser uma importante ferramenta na busca de atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), tal como preconizado pela Organização das Nações Unidas em 2015. Zaar (2015), aborda que um dos maiores desafios para a consolidação e expansão das iniciativas da AUP é a ausência de marcos legais, políticas e instituições específicas. Esta condição contribui para que exista um amplo conjunto de fatores que limitam o seu desenvolvimento. Giacchè e Porto (2015), considera ser necessário maior assistência técnica aos agricultores e incentivos para agricultura agroecológica nas cidades, considerando que a agroecologia contempla não só a parte ambiental, mas também a econômica e social, o que colabora para a consolidação do trabalho e do mercado justo e solidário.

Para que o tema seja colocado na agenda pública de debates, algumas agências de desenvolvimento esforçam-se para sensibilizar as universidades, o poder legislativo e executivo e a sociedade civil organizada para ações voltadas à atividade da agricultura urbana é o que descreve Xavier (2019). No entanto embora o tema venha sendo cada vez mais discutido, Alves et al. (2020) chama atenção ao abordar que embora a agricultura urbana e periurbana esteja sendo

inserida a passos lentos no planejamento urbano de várias cidades, isso não necessariamente significa que essa atividade esteja sendo estimulada, levando em consideração principalmente características das moradias. Para isso uma importante pauta vem sendo discutida com um pouco mais atenção e responsabilidade por parte dos governantes que é a importância do planejamento urbano consciente, com foco na sustentabilidade das cidades e que busque o aproveitamento dos espaços ociosos relata Leal et al. (2021).

Para que haja a integração da agricultura em áreas urbanas e periurbanas é necessária a existência de políticas claras e dotadas de incentivos através de novos regulamentos (EL BILALI et al., 2013). Entretanto, conforme mencionado por Meenar, Morales e Bonarek (2017), não é incomum que planejadores e autoridades municipais não possuam uma compreensão dos benefícios e desafios da agricultura urbana ou do planejamento e implicações políticas das práticas agrícolas urbana e periurbana. Neste sentido Alves et al. (2020) nos traz que se torna relevante a incorporação da agricultura urbana ao planejamento urbano, a partir de políticas de desenvolvimento agrícola e urbano. Desta forma, os planejadores devem reconhecer a importância e relevância da agricultura urbana e Periurbana como uma estratégia de desenvolvimento sustentável das cidades.

De acordo com Santandreu e Lovo (2007), no Brasil, o governo federal considerou a AUP como estratégia política para o combate à fome e a promoção da segurança alimentar. A atividade está inserida no Programa Fome Zero, e hoje a AUP é objeto específico do Programa de Agricultura Urbana do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Ao compararmos a atividade da agricultura familiar rural, à urbana e periurbana, em termos gerais, ambas as formas de agricultura apresentam características semelhantes, porém, as leis que dispõem sobre a primeira são restritas às propriedades rurais, não fazendo menção ao agricultor urbano ou à agricultura na cidade, Leal et al. (2021).

Desta forma, atenta-se para as políticas públicas, que para Secchi (2014), se apresentam como uma diretriz, que permitem elaborar um conjunto de ações, com a finalidade de enfrentar um problema identificado na sociedade. Significa que as políticas públicas são formuladas a partir de um problema inicial, que indica uma prioridade, objetivando a superação deste problema (RUA, 2017). Portanto, as políticas públicas são formuladas para apontar mudanças que objetivam mitigar os efeitos dos problemas de ordem coletiva existentes na sociedade; os instrumentos que permeiam as políticas públicas envolvem incentivos e controles (MAIA; SANT'ANA; DA SILVA, 2018).

Serviços fundamentais, que atualmente são oportunizados para a agricultura familiar, poderiam contribuir na transferência de conhecimentos, de novas tecnologias conquistadas pela pesquisa, para a ampliação da produção de alimentos na agricultura urbana e periurbana. Arruda (2006) aborda que caberia às instâncias nacional ou estadual a formulação de diretrizes, o fomento da proposta e a disponibilização de recursos humanos e financeiros, ficando a implementação sob responsabilidade do município. Neste quesito Leal et al. (2021) nos traz que a legislação brasileira sobre esse tema ainda é escassa e pouco específica e não a reconhece como uma estratégia de desenvolvimento sustentável das cidades. No Brasil não existe uma política de incentivo a Agricultura Urbana e Periurbana. A ausência de uma política específica para a atividade, acaba por dificultar o seu desenvolvimento e a sua valorização.

Santandreu e Lovo (2007), em seu estudo identificou os vários atores que contribuem com a AUP. O Governo Federal por meio de diversos ministérios e secretarias é financiador ativo. Os governos locais/estaduais financiam uma grande diversidade de experiências, em especial onde

existem AUP consolidadas. As ONG, alguns movimentos sociais e as universidades destinam recursos e formulam projetos específicos para apoio aos agricultores urbanos. As empresas e os bancos, podem ser consideradas um ator emergente no apoio financeiro na AUP. Por meio desta pesquisa encontrou-se vários projetos exitosos que vem ocorrendo em diversas regiões do Brasil, vale ressaltar que o caso aqui mencionado não representa a totalidade das experiências em vigor hoje e sim apenas parte do que encontramos por meio desta pesquisa. O quadro abaixo apresenta alguns destes projetos e programas que já incluíram a AUP em suas ações,

Quadro 2. Projetos e programas que incluem a AUP em suas ações;

Nível	Ação	Fonte
Mundial	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em El Alto (Bolívia), avaliações recentes demonstraram que os agricultores urbanos aumentaram significativamente seu consumo e sua diversidade alimentar ao passar de 6 para 15 o número de espécies de frutas e verduras incluídas em sua cesta básica de alimentos.</li> <li>• Atualmente toda a produção de hortaliças de Cuba é orgânica e proveniente da Agricultura Urbana.</li> <li>• A Cúpula Mundial da Alimentação, ocorrida em Roma em 1996, quando chefes de Estado se comprometeram a acabar com a fome, indicando a AUP como uma das possíveis ações a se implementar.</li> <li>• Uma publicação do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) de 1996 indicou existirem nos centros urbanos do mundo mais de 200 milhões de produtores destinando suas colheitas para o comércio.</li> <li>• Atualmente toda a produção de hortaliças de Cuba é orgânica e proveniente da Agricultura Urbana.</li> <li>• Na América Latina, três cidades, foram selecionadas como cidades piloto, para receber o programa Cidade Cultivando para o Futuro (CCF); Villa Maria Del Triunfo, no Peru, Bogotá, na Colômbia.</li> </ul>	<p>Aquino (2002) Arruda (2006) Coutinho e Costa (2011) Cymbaluk (2021) FAO (2007)</p>
Federal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Governo Federal por intermédio de diversos ministérios e agencias é um financiador ativo de experiências de AUP, promovidas tanto pelas prefeituras como pela sociedade civil.</li> <li>• O Governo do Distrito Federal de 1995-98 implemento o PROVE - Programa de Verticalização da Produção Familiar. Esse programa foi dirigido a produtores urbanos, peri-urbanos cuja renda per capita familiar não fosse superior a 50 reais.</li> <li>• O Governo Federal instituiu o programa de Agricultura Urbana e Periurbana no ano de 2004, e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica em 2012.</li> <li>• O Ministério do Desenvolvimento Social lança em 2018 o Programa Nacional de Agricultura Urbana, com o objetivo de contribuir com a segurança alimentar e promoção da saúde.</li> </ul>	<p>Giacchè e Porto (2015) Nascimento (2018) Santandreu e Lovo (2007)</p>
Estadual	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em Minas Gerais as cidades de Governador Valadares, Contagem, Macaé, São Paulo e Santa Maria, foram selecionadas e identificadas pelo Programa (CCF) para receber aporte de recursos para acompanhar a experiência da cidade piloto no Brasil que é Belo Horizonte.</li> <li>• O Estado de São Paulo fomenta o Programa Guarapiranga Sustentável com o objetivo de incentivar a agricultura orgânica e familiar próxima ao reservatório Guarapiranga, a fim de recuperar e preservar as áreas de mananciais.</li> <li>• No Estado do Rio de Janeiro teve início em 2006 o projeto denominado Horta Carioca, com objetivo estimular a formação de hortas comunitárias em regiões carentes, promovendo empregos e acesso a alimentos de qualidade.</li> </ul>	<p>Coutinho e Costa (2011) Giacchè e Porto (2015) Nascimento (2018)</p>



Municipal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em Campinas no ano 2004 a administração municipal iniciou efetivamente o Programa Horta Comunitária implantando projetos de hortas no município, com destaque às hortas comunitárias e escolares.</li> <li>• Porto Alegre destaque para a Horta Comunitária União dos Operários com mais de 23 anos de funcionamento ou a Feira dos Agricultores Ecologistas com 18 anos.</li> <li>• Em Teresina, são utilizados 192 hectares de áreas livres urbanas e periurbanas para hortas comunitárias.</li> <li>• Na cidade de Belo Horizonte no ano de 1996, foi implantado o primeiro Centro de Vivência Agroecológico em uma área periférica de baixa renda na qual havia demanda, da população, por um projeto de produção de alimentos.</li> </ul>	Arruda (2006) Coutinho e Costa (2011) FAO (2007) Santandreu e Lovo (2007)
-----------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Lei Federal nº 10.257/2001, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental, reforçando a atuação do poder público na busca de cidades mais democráticas, equitativas e sustentáveis (BRASIL, 2001). Corroborando neste sentido Maldaner e Santin (2015) nos traz que esse Estatuto é a esperança de mudança do cenário urbano brasileiro, pois através de seus instrumentos, ele reforça a atuação do poder público na busca de cidades mais democráticas, equitativas e sustentáveis.

Para que seja possível as cidades terem um crescimento democrático, ordenado e sustentável faz-se necessário conhecer as prioridades e demandas de cada Município Brasileiro, definir a utilização do território dentro das particularidades e necessidades considerando um planejamento de longo prazo que leve em consideração aspectos de bem-estar coletivo, equilíbrio ambiental e sustentabilidade. Um dos mais relevantes documentos previstos no Estatuto das cidades é o Plano Diretor. Para Decarli e Ferrareze Filho (2008) o Plano Diretor tem o fito de indicar a forma de desenvolvimento do município, fixando as regras e as estratégias de planejamento, para que se alcance o efetivo desenvolvimento econômico, social e físico, no entanto os planos diretores, ao apresentarem zoneamento de usos para as zonas urbanas, não incorporaram, até o momento, usos voltados à agricultura urbana.

A concretização das AUPs depende fundamentalmente de decisões políticas e da participação dos governantes com apoio da sociedade. Santandreu e Lovo (2007) nos traz que a implementação de ações estratégicas para fomentar a Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) na esfera política Nacional, Estadual e Local, deveriam estar englobadas nas diretrizes: fortalecer a consciência cidadã; facilitar o financiamento para atividades de AUP; promover a intersetorialidade e a gestão descentralizada e participativa. Estabelecer o diálogo entre as várias instâncias torna-se primordial para que a prática da AUP possa se tornar realidade nas comunidades, escolas, creches, bairros entre tantos outros espaços ociosos que se convive diariamente nas cidades e que desta forma ela possa cumprir suas diversas funções sociais, ambientais, segurança alimentar e nutricional.

Corroborando neste sentido Moura, Ferreira e Silveira Lara (2013) nos traz que a orientação é que a Agricultura Urbana e Periurbana sejam formalizadas pela Política Nacional de Reforma Agrária, para que os agricultores urbanos sejam enquadrados em um grupo específico, e em consequência, sejam contemplados com os programas da reforma agrária, agricultura familiar e mercados institucionais.

Kuhn, Rorato e Mello (2019) em estudo concluíram que com relação as discussões de AUP no campo do planejamento urbano e regional, pode-se concluir que ainda são iniciais e que não representam, ainda, a inclusão efetiva de estratégias de organização e estímulo de AUP na legislação urbanística das cidades brasileiras.

Por meio de uma parceria entre o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces), o Programa TEEB Agricultura & Alimentos, uma iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), e a Coordenação-Geral de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana do Ministério da Cidadania está sendo formulado desde março de 2022 a produção das Agendas Municipais de Agricultura Urbana e Periurbana, uma guia para inserir agricultura nos processos de planejamento urbano (BRASIL, 2022).

Este guia tem como objetivo se tornar um documento referência apoiando agentes públicos em iniciativas de multiplicação e institucionalização de programas e ações de agricultura urbana e periurbana nos municípios brasileiros. Está previsto dentro do cronograma de execução do guia, uma consulta pública que acontecerá no mês de setembro de 2022, um momento de engajar diferentes cidadãos, atores da sociedade civil e representantes de diferentes organizações brasileiras interessadas e atuantes na agenda de AUP. O Lançamento do guia está previsto para novembro de 2022 (BRASIL, 2022).

### 3 Conclusão

Agricultura urbana e periurbana é uma prática realizada dentro ou ao redor de uma área urbana. Sua prática estimula a produção agroecológica de alimentos nas cidades, aproveitando as áreas ociosas urbanas e periurbanas para promover a produção sustentável, o processamento e a comercialização de alimentos saudáveis. O interessante neste tipo de atividade é que elas são pautadas no respeito as diversidades social e cultural contribuindo sustentavelmente na melhoria da produtividade das cidades. Entre os benefícios ecológicos, ambiental e social, ela pode contribuir fortemente para a segurança alimentar e nutricional principalmente de comunidades carentes.

Quando se reduz a distância entre a produção e o consumo, reduz custo com transporte e armazenamento, além de não haver a necessidade de utilizar produtos e processamentos nocivos à saúde. O percurso dos alimentos in natura até as prateleiras dos supermercados e conseqüentemente até a casa do consumidor, exige gastos como combustível, mão de obra e espaço para alocação dos alimentos onde muitas vezes os incidentes ocorridos no transporte e maturação provocam perdas em uma parte dos produtos, que por sua vez gera desperdícios e encarece os alimentos.

De forma dinâmica, é permitido a união da prática da agricultura urbana, compostagem e captação de água da chuva, usada para algumas atividades domésticas como a água utilizada para lavar a louça, tomar banho por exemplo, são uma excelente combinação. A compostagem é o processo biológico de valorização da matéria orgânica, seja ela de origem urbana, doméstica, industrial, agrícola ou florestal, e pode ser considerada como um tipo de reciclagem do lixo orgânico. Trata-se de um processo natural em que os micro-organismos, como fungos e bactérias, são responsáveis pela degradação da matéria orgânica, transformando-a em húmus, um material muito rico em nutrientes.

Deste modo a agricultura urbana e periurbana, apresenta-se como uma prática sustentável que cumpre com sua função social, fortalece relações sociais, gera emprego uma vez que não exige mão de obra qualificada, abastece pequenos mercados, valoriza culturas sociais e pode contribuir para redução da fome. A Prática da Agricultura Urbana e Periurbana ganha espaço como ferramenta de planejamento urbano, proporcionando espaço verde em ambientes urbanos não construídos ou disponíveis transformando numa solução para vários pontos negativos destes espaços o que por si justifica a inclusão desta prática na pauta política dos governantes.

As atividades da AUP podem ser praticadas por qualquer pessoa da comunidade destas escolas, ONGs, associações, crianças, jovens, idosos, pessoas desempregadas ou ainda que dispõe de um tempo extra para uma atividade de lazer, cultura, cooperação e partilha. Como forma de conscientização e expansão da AUP no Brasil, os gestores públicos devem promover a interlocução entre os diversos ministérios com ações integradas e incentivos fiscais como forma de estímulo aos governos estaduais e municipais. A inclusão de criação, manutenção e conservação das AUPs no Plano Diretor torna-se de expressa importância para tornar a cidade mais sustentável, redução da temperatura e melhoria da qualidade do ar.

O ano de 2022 será um marco importante para Agricultura Urbana e periurbana, pois deu-se início no mês de março de 2022 a elaboração de Agendas Municipais de Agricultura Urbana e Periurbana. Essa agenda é um guia para inserir agricultura nos processos de planejamento urbano que tem como objetivo apoiar agentes públicos em iniciativas de multiplicação e institucionalização de programas e ações de agricultura urbana e periurbana nos municípios brasileiros.

Conclui-se com este estudo que a implantação da AUP vem sendo vagarosamente estimulada em várias regiões do Brasil. O incentivo a prática e desenvolvimento da agricultura urbana e periurbana torna-se uma ferramenta essencial no planejamento urbano, desenvolvimento sustentável e conservação ambiental. É inegável sua contribuição na regeneração de áreas degradadas, no aumento da resiliência urbana do ambiente, na diminuição da temperatura do clima.

A produção e distribuição de alimentos locais proporciona vários benefícios como, proximidade com o consumidor final, alimentos frescos, saudáveis e economia solidária, Devido a sua cadeia curta no abastecimento dos alimentos reduz ou elimina intermediários, evitando assim desperdícios e possibilitando preços justos, elimina a necessidade de processamento proporcionando segurança alimentar e nutricional. A busca por cidades sustentáveis é um desejo mundial e uma necessidade para futuras gerações.

Como sugestões para novos estudos seria importante identificar dentro de um marco temporal quanto o Brasil avançou na implantação das políticas públicas de incentivo a implantação das AUPs.

## Referências

ALVES, Deise de Oliveira; ROCHA, Geneci da Silva Ribeiro; KUCHAK, Maielen Lambrecht; OLIVEIRA, Leticia. *Agricultura Urbana Numa Perspectiva Quanto ao Planejamento Urbano*, v. 6, p. 1-15, 2020.

AQUINO, Adriana Maria de. *Agricultura urbana em Cuba: análise de alguns aspectos técnicos*. Seropédica: Embrapa Agrobiologia, dez. 2002. 25 p. (Embrapa Agrobiologia. Documentos, 160).

AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares de. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. *Ambiente & Sociedade*, v. 10, p. 137-150, 2007.

ARRUDA, Juliana. *Agricultura urbana e peri-urbana em Campinas/SP: Análise do programa de hortas comunitárias como subsídio para políticas públicas*. 2006. 162 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) - Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

AZEVEDO, Francisco Fransualdo de; PERXACS, Helena; ALIÓ, Maria Àngels. Dimensão social da agricultura urbana e periurbana. *Mercator*, v. 19, p. 1-17, 2020.

BEZERRA, Ilana Nogueira; MOREIRA, Tyciane Maria Vieira; CAVALCANTE, Jessica Brito; SOUZA, Amanda de Moura; Sichieri, Rosely. Consumo de alimentos fora do lar no Brasil segundo locais de aquisição. *Revista de Saúde Pública*, v. 51, n. 15, p. 1-8, 2017.

BOUKHARAEVA, Louiza Mansourovna; CHIANCA, Gustavo Kauark; MARLOIE, Marcel;

MACHADO, Altair Toledo; MACHADO, Cynthia Torres de Toledo. Agricultura urbana como um componente do desenvolvimento humano sustentável: Brasil, França e Rússia. *Caderno de Ciência e Tecnologia*, v. 22, n. 2, p. 413-425, 2005.

BRASIL. *Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001*. Brasília, DF: 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm)>. Acesso em: 24 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Cidadania. *Consulta pública: Agendas Municipais de Agricultura Urbana e Periurbana: um guia para inserir a agricultura nos processos de planejamento urbano*. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/consulta-publica-participe-da-construcao-do-guia-para-agendas-municipais-de-agricultura-urbana-e-periurbana>> Acesso em: 28 set. 2022.

COUTINHO, Maura Neves. *Agricultura urbana: práticas populares e sua inserção em políticas públicas*. 2010. 205 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

COUTINHO, Maura Neves; COSTA, Heloisa Soares de Moura. Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. *Geografias*, v. 7, n. 2, p. 81-97, 2011.

CURAN, Roberta Moraes; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. Multifuncionalidade da agricultura urbana e periurbana: uma revisão sistemática. *Estudos Avançados*, v. 35, n. 101, p. 209-224, 2021.

CYMBALUK, Fernando. *A agricultura urbana e periurbana explicada em 12 questões*. 2021. Disponível em: <<https://pp.nexojornal.com.br/perguntas-que-a-ciencia-ja-respondeu/2021/A-agricultura-urbana-e-periurbana-explicada-em-12-quest%C3%B5es>>. Acesso em: 26 set. 2022.

DECARLI, Nairane; FERRAREZE FILHO, Paulo. Plano diretor no estatuto da cidade: uma forma de participação social no âmbito da gestão dos interesses públicos. *Senatus*, v. 6, n. 1, p. 35-43, 2008.

EL BILALI, Hamid; BERJAN, Sinisa; SIMI, Jasmina; DESPOTOVIC, Aleksandra; CADRO, Sabrija; KULINA, Mirko. Urban and peri-urban agriculture in Sarajevo region: an exploratory study. *Journal of Central European Agriculture*, v. 14, n. 4, p. 1585-1597, 2013.

FAO. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (2007). Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/fao-no-brasil/pt/>. Acesso em: 01 out. 2022.

FERREIRA, Rubio José. *Agricultura urbana e periurbana e políticas públicas: contribuição à discussão do tema a partir de uma análise espacial em Recife e Vitória de Santo Antão/PE*. 2013. 231 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

GIACCHÈ, Giulia; PORTO, Lya. Políticas públicas de agricultura urbana e periurbana: uma comparação entre os casos de São Paulo e Campinas. *Informações Econômicas*, v. 45, n. 6, p. 45-60, 2015.

GORSKI, Fernanda Teixeira. *Agricultura urbana e construção da paisagem - a agricultura urbana como elemento (ou parte constituinte) da construção da paisagem*. 2018. 57 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Paisagismo) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

KUHN, Eugênia Aumond; RORATO, Geisa Zanini; MELLO, Bruno Cesar Euphrasio de.

Agricultura urbana e periurbana no Brasil: uma revisão das iniciativas existentes e das discussões no campo do planejamento urbano e regional. In: ASOCIACIÓN DE ESCUELAS Y FACULTADES PÚBLICAS DE ARQUITECTURA DE AMÉRICA DEL SUR, 2019, Belo Horizonte. *Anais eletrônicos [...]*. Campinas: Galoá, 2019. Disponível em: <<https://proceedings.science/arquisur-2019/papers/agricultura-urbana-e-periurbana-no-brasil--uma-revisao-das-iniciativas-existentis-e-das-discussoes-no-campo-do-planejame?lang=pt-br>>. Acesso em: 26 set. 2022.

LEAL, Luísa Lima; TURETTA, Ana Paula Dias; CAPECHE, Claudio Lucas; GUANAES, Luiz Felipe. Agricultura urbana e periurbana no Município do Rio de Janeiro – estudo de caso sobre as legislações pertinentes. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 12, p. 118701-118716, 2021.

MAHAN, L. Kathleen; RAYMOND, Janice L. *Krause alimentos, nutrição e dietoterapia*. Tradução Verônica Mannarino, Andréa Favano. 14ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.



MAIA, Ana Heloisa; SANT'ANA, Antonio Lázaro; DA SILVA, Flaviana Cavalcanti. Políticas públicas de acesso à terra: uma análise do programa nacional de crédito fundiário, em Nova Xavantina (MT). *RESR*, v. 56, n. 2, p. 311-328, 2018.

MALDANER, Talissa; SANTIN, Janaína Rigo. A importância do estatuto da cidade na busca por cidades mais justas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, 12., 2015, Santa Cruz do Sul. *Anais eletrônicos [...]*. Santa Cruz do Sul, 2015. p. 1-14. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/13065/2281>>. Acesso em: 22 set. 2022.

MEENAR, Mahbubur; MORALES, Alfonso; BONAREK, Leonard. Regulatory practices of urban agriculture: a connection to planning and policy. *Journal of the American Planning Association*, v. 83, n. 4, p. 389-403, 2017.

MELO, L. P. Os benefícios da agricultura urbana e periurbana para a sustentabilidade da cidade de Macapá-AP. In: CONGRESSO LUSO BRASILEIRO PARA O PLANEJAMENTO URBANO, REGIONAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL, 7., 2016, Maceió. *Anais eletrônicos [...]*. Maceió: Pluris, 2016. Disponível em: <<https://fau.ufal.br/evento/pluris2016/files/Tema%204%20-%20Planejamento%20Regional%20e%20Urbano/Paper1342.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2022.

MOURA, Juliano Avelar; FERREIRA, William Rodrigues; SILVEIRA LARA, Luciene de Barros Lorandi. Agricultura urbana e periurbana. *Mercator*, v. 12, n. 27, p. 69-80, 2013.

NASCIMENTO, Sarah Neves do. *Agricultura urbana e sua influência na sociedade: alimentação, saúde e fonte de renda*. 2018. 42 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão da Inovação em Fitomedicamentos) - Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos/Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2018.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. *Agricultura urbana corre riscos com políticas do governo Bolsonaro*. 2019. Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/agricultura-urbana-corre-riscos-com-politicas-do-governo-bolsonaro/>>. Acesso em: 22 set. 2022.

ONU. Organização da Nações Unidas. 2012. Disponível em: <https://brasil.un.org/>. Acesso em: 01 out. 2022.

PESSÔA, Cristiane Cardoso. *Agricultura urbana e pobreza: um estudo no município de Santa Maria – RS*. 2005. 102 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2005.

ROSA, Pedro Paulo Videiro. Políticas públicas em agricultura urbana e periurbana no Brasil. *Revista Geográfica de América Central*, v. 2, n. 47E, p. 1-17, 2011.

RUA, Maria das Graças. *Análise de políticas públicas: conceitos básicos*. 2017. p. 1-20. Disponível em: <<https://www.univali.br/pos/mestrado/mestrado-em-gestao-de-politicas-publicas/processo-seletivo/SiteAssets/Paginas/default/RUA.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2022.

SANTANDREU, Alain; LOVO, Ivana Cristina. *Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção*. Identificação e caracterização de iniciativas de AUP em regiões metropolitanas brasileiras. Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <[https://www.agriculturaurbana.org.br/textos/panorama\\_AUP.pdf](https://www.agriculturaurbana.org.br/textos/panorama_AUP.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2022.

SANTOS, Adriana Correia dos. *Diagnóstico situacional e proposta para a implementação do sistema nacional de segurança alimentar e nutricional em São Cristóvão, Sergipe*. 2018. 119 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Nutrição) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

SECCHI, Leonardo. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

TERRILE, R. *Planificación urbana, ordenamiento territorial y AU*. Texto temático del Curso-Taller: “Diseño e implementación multi-actoral de políticas y acciones estratégicas en Agricultura Urbana”, IPES, RUAFL, Lima. 2006.

VALENT, Joice Zagna; OLIVEIRA, Letícia de; VALENT, Vinicius Dornelles. Agricultura urbana: o desenvolvimento de um projeto social. *DRd - Desenvolvimento Regional em Debate*, v. 7, n. 2, p. 4–19, 2017.

XAVIER, João Pedro Duarte. *Agricultura urbana: proposta de modelo de negócios*. 2019. 129 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Ambiental) - Instituto de Ciências Agrárias – ICIAG, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

ZAAR, Miriam Hermi. A agricultura urbana e periurbana (AUP) no marco da soberania alimentar. *Sociedade e Território*, v. 27, n. 3, p. 26–44, 2015.